

Claudia Susana Lemos Santos Silva

**INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA EM CONTEXTO DE HABITAÇÃO SOCIAL:
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE ESTA PRÁTICA PROFISSIONAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

2013

**INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA EM CONTEXTO DE HABITAÇÃO SOCIAL:
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE ESTA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Claudia Susana Lemos Santos Silva

Cláudia Susana Lemos Santos Silva

Presidente: Doutor António José Miguel Cameira

Arguente: Doutor Tiago Guedes Barbosa do Nascimento
Neves

Orientadora: Doutora Isabel Maria Alves e Menezes
Figueiredo

Classificação: 16 valores

DISSERTAÇÃO APRESENTADA NA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO, PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
PSICOLOGIA SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA ISABEL MENEZES.

OUTUBRO DE 2013

Resumo

Tendo, como linha de partida, a experiência profissional ao nível da intervenção social e comunitária em contexto de habitação social, foi realizada uma reflexão sobre os principais temas que balizam esta prática. Inicia-se com uma problematização acerca da psicologia comunitária e também da intervenção social e comunitária; em seguida, descreve-se o contexto onde estas intervenções são levadas a cabo. Para melhor refletir sobre estas práticas, foi utilizado um grupo de discussão focalizada, com técnicos especializados, que discutiram sobre o seu trabalho, os sentimentos a ele associados e apontaram algumas pistas para o futuro ao nível de uma área tão lata e abrangente como a Área Social.

Abstract

Taking as the starting point, the experience in social and community intervention in the context of social housing, a reflection was made on the major themes that guide this practice. I begin by questioning Community Psychology and also social and community intervention; then I describe the context in which these interventions are carried out. To better reflect on these practices, I used a focus-group discussion with professionals who discussed about their work, the feelings associated with it and pointed out some clues for the future in terms of an area as broad and comprehensive as the Social Area.

Résumé

Prenant comme la ligne de départ, le niveau d'expérience de l'intervention sociale et communautaire dans le contexte du logement social, a été organisé pour réfléchir sur les grands thèmes qui guident cette pratique. Il commence par un questionnement sur la Psychologie Communautaire et également l'intervention sociale et communautaire; puis décrit le contexte dans lequel ces interventions sont effectuées. Pour mieux réfléchir sur ces pratiques, nous avons utilisé un groupe de discussion focalisée avec des experts techniques qui ont discuté leurs travaux, les sentiments qui y sont associés et ont souligné quelques indices pour l'avenir en termes d'une zone aussi large et complète que le domaine social.

Agradecimentos

Muitos são aqueles a quem tenho que agradecer pelos contributos imprescindíveis para que este momento de reflexão pudesse ser realizado!

Em primeiro lugar à minha família e amigos que mesmo nos momentos de maior desespero e cansaço acreditaram em mim e neste caminho que começava a trilhar. Um especial agradecimento à Carla e Patrícia por não me deixarem desmotivar e desgastar muito durante os momentos mais profundos desta reflexão; à Romi e Alexandra, amigas e companheiras de trabalho, sempre disponíveis para ajudar em qualquer altura e à Sílvia sem a qual este trabalho nunca poderia ser realizado, pelas muitas horas que dedicou a transcrever os vídeos do grupo de discussão focalizada.

À Professora Doutora Isabel Menezes, que orientou e foi balizando esta minha reflexão com mestria e valentia, mesmo quando as armas informáticas se mostravam estar contra.

Ao Prof. José Manuel Castro, um dos principais impulsionadores do “MIP + 300”, pela presença desafiadora e provocatória durante todo um ano de trabalho.

Uma palavra especial aos meus colegas de trabalho que foram também eles o motor de arranque para o início e culminar desta jornada.

Não poderia deixar de agradecer à população que reside nos empreendimentos sociais por onde fui passando nos últimos anos e me ensinaram muito do que hoje sei.

Uma palavra também para às colegas de mestrado, companheiras de luta, sempre prontas para ajudar e colaborar em todos os momentos deste percurso, às vezes um pouco sinuoso.

Listagem de Abreviaturas

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EMATS - Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais

FAIH - Fundo de Apoio ao Incentivo para a Habitação

Gaianima - Gaianima, Equipamentos Municipais

GaiaSocial - GaiaSocial, Empresa Municipal de Habitação

Gaiurb - Gaiurb, Urbanismo e Habitação

GNR - Guarda Nacional Republicana

IHRU,IP - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Instituto Publico

INH - Instituto Nacional de Habitação

PER - Programa Especial de Realojamento

PRODEP - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal

PSP - Polícia de Segurança Pública

QREN - Quadro de Referencia Estratégica Nacional

ÍNDICE

	Pagina
Introdução.....	3
Capitulo I – Caminho Profissional: uma rede em construção.....	4
Capitulo II – Enquadramento Teórico.....	9
2.1. Psicologia Comunitária:	9
2.2. Intervenção Social e Comunitária.....	14
Capitulo III – Descrição do contexto.....	18
3.1. Habitação Social.....	18
3.2. GaiaSocial e Gaiurb: o exemplo de Vila Nova de Gaia.....	23
Capitulo IV – Metodologia de Investigação.....	30
4.1. Objecto de estudo e objetivos específicos.....	30
4.2. Metodologia de investigação.....	31
4.2.1. Participantes do estudo.....	32
4.2.2. Método de recolha de dados.....	33
4.2.3. Processo de recolha de dados.....	34
4.2.4. Procedimento de tratamento e de análise de dados.....	35
Capitulo V – Análise e discussão dos resultados.....	39
5.1. Trabalho dos Técnicos de Apoio Social.....	40
5.2. Trabalho de uma equipa multidisciplinar em intervenção social e comunitária.....	44
5.3. Reflexão sobre as práticas de intervenção social e comunitária..	45
5.4. Psicologia Comunitária e Intervenção Social e Comunitária.....	47

5.5. Intervenção Social e Comunitária no futuro.....	50
5.6. Situação actual dos técnicos de apoio social.....	52
5.7. Importância do grupo.....	54
Capítulo VI – Considerações Finais e Conclusão.....	56
Bibliografia.....	58
Anexos.....	60

Introdução

Esta reflexão inicia-se com uma descrição sumária dos quatro caminhos dominantes a nível profissional, onde é notória a predominância e importância da área social. Esta constatação leva ao investimento e reflexão das práticas ligadas à intervenção social e comunitária especialmente em contexto de habitação social.

De forma a aprofundar conhecimentos, ao nível do enquadramento teórico irão ser explorados os conceitos de psicologia comunitária e intervenção social e comunitária, tendo em conta as suas principais características, objetivos e métodos de intervenção.

Em seguida será descrito o contexto de habitação social, com uma breve descrição histórica e contextualizada ao nível do concelho de Vila Nova de Gaia. Também neste capítulo irá ser abordada a intervenção social e comunitária que é realizada nas empresas municipais que gerem os empreendimentos sociais do Município, descrevendo os seus principais objetivos, os métodos de intervenção utilizados e descritas algumas das mais relevantes atividades levadas a cabo pela Unidade de Ação Social da Gaiurb.

Posteriormente irá ser exposto um estudo exploratório sobre a reflexão que os profissionais fazem acerca do seu trabalho e da sua relação com a psicologia comunitária e a intervenção social e comunitária. Depois de estabelecidos os objetivos específicos, será descrita a metodologia de investigação utilizada – um grupo de discussão focalizada – os participantes envolvidos, o método e processo de recolha e análise de dados. Esta análise e discussão dos resultados irá ser realizada tendo em conta o discurso do grupo utilizando um sistema categorial que emerge deste mesmo discurso.

Serão tecidas, para terminar, algumas considerações finais sobre todo este processo e a investigação levada a cabo.

Capítulo I – Caminho Profissional: uma rede em construção

Considero o meu percurso profissional, uma rede em construção: existem diferentes caminhos e linhas orientadoras que se foram entrecruzando. Poderia fazer uma exposição cronológica, mas uma vez que tenho experiências diversificadas, pareceu-me melhor agrupá-lo por temas ou linhas de viagem: formação, balanço de competências, contexto escolar e área social.

Comecei, como muitos psicólogos, por dar formação pedagógica inicial de formadores: a linha amarela. Um trabalho que primordialmente servia (na minha perspetiva inicial) para ganhar experiência. Hoje, consigo perceber que este primeiro comboio foi extremamente importante, porque passei a ter muito mais confiança para trabalhar com diferentes grupos, falar em público e trabalhar com equipas – algo que se tornou fundamental, do meu ponto de vista, para o meu trabalho futuro. Para além disso, acabei por ter que pesquisar e me dedicar a esta área da formação investindo em materiais e diferentes metodologias para levar a cabo um bom trabalho. Nesta área trabalhei também em vários cursos de educação de adultos, com os temas de empregabilidade, cidadania e aprender com autonomia. Esta linha, com algumas estações, apeadeiros e interceções com outras linhas do meu caminho, tem vindo a acompanhar-me desde o início desta, ainda curta, viagem.

Pouco tempo depois de terminar a licenciatura de Psicologia – mas que na altura os dias pareciam meses – comecei a trabalhar na Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto em vários projetos em que o tema base era o balanço de competências: a linha azul. Aqui fiz coisas muito interessantes: desde delinear projetos, calendarizar e programar atividades, realizar balanço de competências com públicos extremamente diferenciados (desde população jovem de áreas empobrecidas a mulheres licenciadas a iniciar projetos de micro-empresas), elaborar artigos científicos, estar presente em vários congressos nacionais e internacionais. Foi uma época em que tive que aprender a gerir o meu tempo, a trabalhar em diferentes frentes (ao mesmo tempo que preparava um artigo científico, tinha

que fazer balanço de competências com jovens, por exemplo), a ser extremamente exigente com tudo que fazia e escrevia. Esta linha azul, com muitas articulações com outras linhas e autoestradas, acabou por ser a pedra basilar do meu trabalho: devemos sempre questionar o que fazemos, procurar diferentes soluções e intervenções, conduzir comboios que nunca tínhamos pensado ter a capacidade para manobrar e dirigir de diferentes formas em diferentes contextos.

A linha vermelha representa o meu trabalho em contexto escolar. Este teve lugar em dois espaços diferentes: uma escola profissional e uma escola do 2º e 3º ciclo do ensino básico. Na Escola Profissional Raul Dória dei aulas da disciplina de psicologia a diferentes anos, acompanhei estágios profissionais e iniciei o acompanhamento psicológico – que não existia até então. Conheci diferentes realidades (até porque grande parte dos alunos era proveniente do interior do distrito do Porto), percebi a grande diferença entre preparar aulas e módulos de formação, estabeleci uma relação muito positiva quer com alunos quer com professores, consegui “impôr” a necessidade de um serviço de psicologia e acompanhamento psicológico, que na época era uma necessidade que se começava a sentir.

Na escola E.B. 2/3 de Vilar de Andorinho, que posteriormente passou a ser o Agrupamento de Escolas Anes de Cernache, conquistei a carruagem e trilhei os carris onde iria trabalhar. Apresentei à presidente do conselho diretivo uma proposta de candidatura ao PRODEP, para se iniciar um serviço de psicologia e orientação neste estabelecimento. Fizemos em conjunto a candidatura e depois, sem ainda conhecer o resultado da mesma, comecei este projeto. Inicialmente trabalhava numa sala do conselho diretivo, mas aos poucos fui arranjando espaços disponíveis onde poderia ter uma maior privacidade no meu trabalho. Uma vez que dividia o espaço com o conselho diretivo, acabava por ajudar nas várias tarefas que eram necessárias. Foi mais uma linha importante (com alguns contratempos), onde tive que investir bastante em formação e aprofundamento do meu conhecimento ao nível da avaliação psicológica – uma vez que era um dos maiores pedidos das escolas

que faziam parte do agrupamento de escolas, e aprendi a conquistar espaços e traçar caminhos: desde a apresentação do projeto e elaboração da candidatura, quer aos espaços onde deveria fazer a orientação vocacional e profissional, o acompanhamento e avaliação psicológica, e o atendimento aos encarregados de educação.

A linha vermelha nunca foi abandonada, uma vez que fui tendo sempre uma relação privilegiada com as duas instituições (numa vou sendo convidada para dar aulas pontuais e conferências - agora ligadas à área social, e na outra fui fazendo parte de vários órgãos consultivos).

Poderia pensar-se que esta é a linha do coração (pela cor que a representa), mas não! Esta surge da interceção com uma outra linha: a amarela.

E assim surge a linha laranja: Apoio e Ação Social, aquela que em termos de tempo serviço é a experiência mais longa e também a atual. Aqui a entrada foi feita de uma forma, um pouco, dolorosa! De um momento para o outro vi-me rodeada de assistentes sociais e educadores sociais, a fazer atendimento ao público num espaço fechado e em horário completo (das 9h às 18h), isto tudo a tentar perceber qual o meu papel na instituição e o trabalho que de mim era esperado. Investi e continuo a investir nesta área, que anteriormente me era desconhecida: fiz formação na empresa, tive orientação de colegas para perceber o funcionamento e a linguagem que falavam (no início era quase francês – porque percebia alguma coisa!) e depois de me sentir já parte da instituição, passei a fazer várias formações externas, em diferentes temáticas uma vez que a área social é extremamente abrangente.

Comecei por fazer a gestão de um empreendimento social na freguesia de Vilar de Andorinho: Balteiro. Numa lógica de intervenção social de proximidade, é realizado atendimento de todos os moradores e público em geral, acompanhamento psicossocial das famílias residentes e encaminhamento para entidades e instituições da comunidade. É também realizada uma intervenção social e comunitária, com um conjunto de projetos

individuais e coletivos que foram sendo delineados e realizados em conjunto e ao longo do tempo. Numa primeira fase o meu grande investimento foi em conhecer e me dar a conhecer nesta comunidade, um pouco fechada para os elementos estranhos a ela. Foram muitos os jogos de futebol, as atividades lúdicas de verão, as reuniões com as associações existentes que acompanhei. Mas esta ligação foi essencial, pois sem ela não poderia colher frutos ao nível do envolvimento de toda a comunidade.

Esta linha tem muitas tonalidades da mesma cor, umas mais garridas e vibrantes, outras mais esbatidas e tristonhas. A par das atividades mais direcionadas para o empreendimento que geria (e continuo a gerir), são outros os desafios lançados: trabalhámos em grupos de trabalho temáticos e também realizei acompanhamento psicológico e intervenção em crise. Em relação aos grupos temáticos ou transversais inicialmente a mim calhou-me, pode dizer-se “em sorte” o grupo de Animação Socio Cultural e depois, por opção, Equipamentos e Imagem. No primeiro planeávamos e realizávamos atividades essencialmente lúdicas para comemorar determinadas datas (por exemplo o Dia da Mulher, Dia Mundial da Criança, Dia dos Vizinhos, etc). Foi um trabalho envolvente em que muitas horas foram despendidas a pensar em todos os pormenores de cada uma das atividades (que fomos aperfeiçoando com o tempo). Este trabalho fez com que as relações de trabalho se fossem transformando em laços de amizade. No grupo de Equipamentos e Imagem o trabalho passou inicialmente por fazer uma base de dados de todos os equipamentos existentes no concelho de Vila Nova de Gaia e depois a projetar para o exterior todas as atividades que eram realizadas pela Equipa de Ação Social da GaiaSocial. Passava muito por um trabalho para o exterior, que surtiu efeitos, uma vez que algum tempo depois passou a existir um departamento de comunicação e imagem da empresa e este grupo deixou de existir. Atualmente integro o Grupo de Educação Financeira, onde procuramos na sociedade civil respostas para um dos grandes problemas da nossa população: literacia e gestão financeira.

Durante estes anos fiz também parte de dois serviços mais autónomos: o Grupo de Acompanhamento Psicológico e a Linha de Emergência. No primeiro fui fazendo alguns atendimentos ao nível do acompanhamento

psicológico de moradores residentes nos empreendimentos sociais que solicitavam este tipo de intervenção individual. Na Linha de Emergência trabalhamos em conjunto com a Proteção Civil do Município em casos em que a habitação esteja em perigo – sendo necessária uma intervenção imediata, ou em situações de crise (afogamentos, acidentes rodoviários) normalmente associados a situações de luto.

Posso dizer que os primeiros anos foram muito trabalhosos e envolventes, mas ao mesmo tempo extremamente prazerosos e reconhecidos.

Posteriormente e devido a vários condicionalismos (mudanças de administração, diferente contexto económico e respetivas restrições financeiras), o trabalho realizado passou a centrar-se cada vez mais nas famílias que residem nos Empreendimentos Sociais e no estabelecimento de vários protocolos com entidades e instituições diversas que operam num mesmo território. Passamos a ter que racionalizar muito mais os recursos e a utilizá-los de forma complementar. No início desta linha, trabalhávamos para as famílias e também para nos dar a conhecer, enquanto instituição; agora passamos a trabalhar mais com as famílias e com as comunidades onde nos inserimos. Escrevo no plural, uma vez que no decorrer dos anos, passei por outros Empreendimentos Sociais e fui conhecendo várias e outras realidades.

O mundo social, esta linha laranja com tantos padrões e nuances, é tão vasto que todos os dias temos que aprender coisas novas, conhecer diferentes pessoas e intervir de forma completamente diferenciada e complementar.

Exatamente por esta razão decidi investir e aprofundar os meus conhecimentos e refletir sobre estas práticas, dissertando sobre as mesmas nas páginas que se seguem.

Capítulo II – Enquadramento teórico

Neste capítulo, para melhor problematizar e reflectir sobre o meu trabalho no âmbito social, irei recorrer aos vários contributos da psicologia comunitária, com o seu objeto de estudo, principais características e objetivos e métodos primordiais de intervenção. Posteriormente, será realizado o mesmo exercício ao nível da intervenção social e comunitária, com a sua caracterização, os seus métodos e objetivos de intervenção.

2.1. Psicologia Comunitária: uma rede de caminhos em transformação

Começo pela definição deste tema tão abrangente e lato que é a psicologia comunitária. Para alguns autores, ela é aquela que trata da comunidade e é realizada com esta. Pressupõe um papel ativo da comunidade, não só como convidada ou recetora de benefícios, bem como agente crítica com voz, voto e veto (Montero, 2004).

Para Sánchez Vidal (1996), a psicologia comunitária é o campo de estudos sobre a relação entre sistemas sociais – principalmente comunidades –, comportamento humano e a sua aplicação interventiva para a resolução (preferencialmente preventiva) dos problemas psicossociais e a promoção do desenvolvimento humano de forma integral.

Salienta-se aqui o papel ativo que as comunidades e as suas gentes devem ter, para que, de forma integrada e estruturada, seja promovido o desenvolvimento da população e da comunidade, no fundo da sociedade em geral.

Montero definiu pela primeira vez a psicologia comunitária, como o ramo da psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controlo que os indivíduos podem exercer

sobre o seu ambiente (quer individual, quer social), de forma a solucionar os problemas que os afligem e alcançar as mudanças nesses ambientes e na sua estrutura social.

A definição desta autora tem várias implicações. Em primeiro lugar num papel necessariamente diferente para os profissionais da psicologia – que passam a ser agentes de transformação social - que compartilham o seu conhecimento com outros atores sociais, provenientes da comunidade. Estes últimos surgem como possuidores de um saber e orientados para os mesmos objetivos, com os quais vão trabalhar em conjunto. Implica também a revelação das imensas potencialidades psicossociais e seu estímulo, promovendo uma psicologia para a transformação positiva, ao nível social e individual; envolve mudanças no *habitat*, no indivíduo e nas relações: indivíduo – grupo – sociedade. As mudanças no indivíduo levam a mudanças nos grupos a que pertencem e a comunidade, e vice-versa: as mudanças nesses mesmos grupos transformam as pessoas. Produz-se assim uma relação dialética de transformações mútuas. Ao mesmo tempo, procura-se que a comunidade tenha o poder e o controlo sobre os processos que a afetam e dá-se ênfase a uma condição política que supõe formação para a cidadania e o fortalecimento da sociedade civil (Montero, 2004).

Os psicólogos têm aqui um papel ativador e potenciador, sempre focalizando objetivos e promovendo uma comunidade mais atenta ao seu potencial e ao exercício dos direitos e deveres dos cidadãos.

Um dos conceitos de psicologia comunitária passa pela construção de uma relação dialética na produção de conhecimento, no estabelecimento dos objetivos, na implementação das estratégias de ação comunitária e na formação dos núcleos orgânicos de trabalho. Neste contexto deverá haver uma explicitação de um compromisso político e respetiva adoção de práticas psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção dos atores coletivos (Freitas, 2005). Esta autora enfatiza, desta forma, o papel político (no sentido de promover movimentos de influência) que a psicologia comunitária pode ter como parte integrante da sociedade, uma vez que é esta que a compõe.

Heller e Monaham, em 1997, apresentavam como premissas da Psicologia Comunitária o enfoque ecológico, a preocupação com os problemas do funcionamento humano (não só ao nível da saúde mental), a investigação multidisciplinar, porque o campo das comunidades não é exclusivo de uma só ciência; o enfoque na capacidade para enfrentar os problemas, tendo em conta a adaptação e a competência para lidar com eles e o enfoque empírico e experimental ao nível da intervenção social (intervenção/ação participativa).

Segundo Fátima Quintal de Freitas, a psicologia social comunitária localiza o seu

“objeto de investigação e/ou ação dentro de um enquadramento teórico diversificado (indo do individual, passando pelo familiar, por pequenos grupos, até organizações e movimentos comunitários); empregam aportes teórico-metodológicos diferentes; estabelecem um tipo de relação de conhecimento entre o profissional e a comunidade que imprime rumos para o trabalho desenvolvido” (2008:102-103).

A psicologia comunitária é, então, um espaço com uma forte componente humana (quer individual, em grupo e em comunidade) que nunca esquece o local e as suas idiossincrasias, tendo, por isso mesmo, que adotar diferentes conceitos e teorias (com uma carga empírica muito relevante), com o objetivo de enfrentar e transformar de forma positiva a sociedade onde está inserida.

Não existe um método único ao nível da psicologia comunitária, mas todos eles se regem por alguns princípios básicos: a) o princípio científico de que o método segue o objeto, daí o carácter participativo dos métodos comunitários. Os métodos não são independentes, nem são eles que determinam o que investigar. Os aspetos epistemológicos e ontológicos estão intimamente ligados ao método. O problema determina que método deve ser empregue, para quê e quando; b) o princípio participativo e ativo que se manifesta na sua implementação, discussão e reflexão dos resultados, mas também ao longo da tomada de decisão em relação ao seu uso; c) o princípio heurístico, uma vez que responde às exigências da situação, apresentando-se

sempre contextualizado (adaptação do método, técnicas e procedimentos ao contexto cultural e comunitário específico em que se trabalha) (Montero, 2004).

De forma sumária, trata-se de um “método orientado para a transformação social e pessoal, dinâmico, contextualizado, participativo, político, preventivo, gerador de uma prática que, ao intervir, produz resultados concretos e reflexão teórica, consciente da diversidade proveniente do relativismo cultural” (Montero, 2004: 85).

No que diz respeito à prática e intervenção, em 2002 Montero revê a sua definição, mencionando explicitamente a praxis da psicologia comunitária: “uma prática conducente a uma teoria que induz uma prática” (2004: 73).

A psicologia comunitária está centrada, para alguns autores, em “dois grandes modelos: o do desenvolvimento humano e o da mudança social (...), os quais partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas. (Gois, C., 2008:280). Configura-se assim como um modelo de ação e delineia uma prática de reflexão crítica. A psicologia da “ação para a transformação, implica que investigadores e sujeitos estão no mesmo lado em relação ao estudo, pois ambos formam a mesma situação” (Montero, 2004:110).

Como é bem patente nas linhas anteriores, a psicologia comunitária apresenta uma ação que, sendo sempre baseada em pressupostos teóricos devidamente fundamentados, vai sendo adaptada à prática empírica, surgindo assim novas nuances de uma mesma teoria.

As práticas da psicologia social comunitária ganharam destaque e reconhecimento, em dada altura, devido à possibilidade de integrarem políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento e organização comunitárias e à necessária formação e capacitação técnico-política dos agentes sociais nas diferentes áreas de atuação. Abriram-se assim necessariamente novos espaços para o desenvolvimento de variados trabalhos de intervenção psicossocial, numa perspetiva de construção e reprodução humanas, por exemplo, os diferentes projetos comunitários envolvendo grandes aglomerados urbanos. “O domínio instrumental e metodológico para o desenvolvimento e

planejamento de programas de ação social, assim como a análise psicossocial dos fenómenos e problemáticas enfocados, constitui a base da atuação profissional no campo da Psicologia Social Comunitária” (Moura & Menandro, 2002:77)

Tal como estes autores referem, todo o trabalho de análise, reflexão e desenvolvimento servem de base para um caminho de mudança e transformação, que é o objetivo da psicologia social comunitária. Envolvendo todos, em todas as etapas, linhas, estações e apeadeiros conseguimos e temos a obrigação cívica de transformar a nossa comunidade.

2.2. Intervenção Social e Comunitária

A intervenção social e comunitária, surge, neste contexto, como uma das áreas de intervenção da psicologia comunitária. A este nível “a ação e o desenvolvimento são, inevitavelmente, ação e desenvolvimento em contexto” (Menezes, 2007:35). Continua também aqui a ser dado um grande ênfase ao local (grupo, comunidade, contexto), tendo em conta os objetivos inerentes à intervenção social e comunitária.

Os grupos sociais, as instituições e as comunidades são também eles autores no processo de produção de significados e na implementação de projetos de ação (Menezes, 2007). A intervenção deve ir então no sentido da capacitação e empoderamento destes grupos e comunidades, sem os quais todo o trabalho não faz qualquer tipo de sentido.

As “interações entre as pessoas e entre estas e os contextos de vida são realidade psicológica em desenvolvimento” (Campos, 1988, p.11), pelo que há que intervir de forma deliberada e intencional em dimensões que se situam para além da pessoa (Campos, Costa & Menezes, 1993). A consequência é o alargamento dos alvos de intervenção tradicionais (...), envolvendo também os grupos sociais, as instituições e as comunidades (Blocher, 1991; Kelly, Altman & Stelzner, 2000; Vicent & Trickett, 1983)” (Menezes, 2007:38).

Na intervenção social e comunitária, estuda-se a comunidade e os grupos nela envolvidos (sem descurar o indivíduo e o que ele representa) e, por isso mesmo, é inevitável a abrangência exigida ao nível do objeto e a todos os momentos da intervenção.

No âmbito da caracterização da intervenção social, foram definidas, por Cristina De Robertis, duas grandes categorias agregadoras de tais intervenções: ação assistencial e o desenvolvimento comunitário. Ação assistencial traduz-se numa ajuda direta, seja ela pecuniária ou em termos de bens ou serviços essenciais a indivíduos em risco social. Caracteriza-se por um âmbito mais individualizado e focalizado no caso concreto de uma pessoa, uma família, uma realidade.

O desenvolvimento comunitário envolve uma larga amplitude no campo da intervenção social. Existe um leque extremamente diversificado de intervenções, estratégias e metodologias:

“há as que privilegiam a promoção da responsabilidade individual numa perspectiva de promoção da autonomia dos sujeitos, investindo num trabalho de desenvolvimento de competências pessoais e sociais através de metodologias de educação não-formal, de ações de formação, educação, informação e/ou sensibilização e no apoio à construção de projetos de vida.” (Neves, 2010:132).

Os métodos de intervenção social baseiam-se em conceitos que devem ser tidos sempre em conta na sua prática. Os pilares desta intervenção assentam na transformação, na contradição (que permite ter em conta, simultaneamente, aspetos contraditórios de uma mesma situação), e na interdependência entre os diferentes elementos que fazem parte do mesmo campo. Resumindo, o equilíbrio dinâmico é uma das palavras-chave presentes em qualquer intervenção social.

Também encontramos uma outra classificação ao nível das intervenções sociais, que devem ser vistas de forma complementar e não exclusiva. “As principais formas de intervenção são classificadas em intervenções diretas – quando se trata de uma ação com a presença do usuário – e indiretas – quando a ação se desenvolve sem a presença do usuário” (De Robertis, 2003:90).

A classificação destas formas de atuação na intervenção direta passa pela atuação do trabalho social ao nível da clarificação dos problemas e apoio ao indivíduo e família, pela informação e educação destes, pelo aconselhamento e confrontação, por um trabalho de acompanhamento e controlo (impondo exigências e limites) e pela criação de novas oportunidades utilizando e potencializando o trabalho em rede com as estruturas locais.

As intervenções indiretas dizem respeito a um trabalho ao nível da organização e documentação, da programação e planificação de intervenções e atividades, de ações num âmbito familiar, da colaboração com outros trabalhadores sociais que passam pela vinculação e o trabalho em equipa e por fim da intervenção à escala de organismos sociais (De Robertis, 2003).

De uma forma sumária e conjugando as definições não mutuamente exclusivas dos dois autores, pode dizer-se que, as intervenções diretas têm um carácter mais assistencial e as indiretas um cariz mais de promoção e desenvolvimento.

Em termos de objetivos da intervenção social pode dizer-se que “em situação de crise atual o objetivo é remediar; em crise provável é prevenir e na situação de ausência de crise é promover” (Menezes, 2007: 41). Também aqui está presente o cariz mais assistencial e direto, numa das situações e nas outras duas a promoção e desenvolvimento para que as crises não aconteçam, ou acontecendo estarmos devidamente preparados para as enfrentar e ultrapassar.

A elaboração de projetos de intervenção envolve todo “um processo de planeamento que implica, em conjunto com a comunidade, analisar o contexto e os problemas aí sentidos, aprofundar a forma como esses problemas são definidos e quais os recursos existentes para os resolver, identificar prioridades e grupos-alvo” (Menezes, 2007:66). Mais uma vez, está presente o carácter dinâmico destas intervenções, onde a comunidade representa um papel crucial.

Devem ser definidos os objetivos da intervenção especificando as mudanças esperadas, identificando a população alvo e descrevendo em termos temporais esta intervenção. Ao nível das estratégias de intervenção, estas terão que ser seleccionadas, tendo em conta os objetivos a atingir e as atividades necessárias para os atingir. Na implementação e avaliação de todo o processo:

“há que iniciar a implementação propriamente dita, tendo o cuidado de dar cumprimento, desde logo, à avaliação de processo, monitorizando a

forma como os recursos, estratégias e atividades estão a decorrer, de modo a verificar se é necessário introduzir modificações ao planeamento, e de resultados, determinando se os objetivos foram atingidos e se as mudanças podem ser atribuídas à intervenção”(Menezes, 2007:71).

Mais uma vez, e tendo sempre em linha de conta a comunidade e as suas necessidades, os projetos devem ser delineados e implementados tendo-as sempre presentes em todas as etapas do seu desenvolvimento.

Pode-se dizer, em jeito de conclusão, que a intervenção comunitária “depende da capacidade de estabelecer relações de confiança com outros profissionais e cidadãos – a intervenção não decorre contra os outros ou apesar dos outros ou em vez dos outros, mas só faz sentido se com os outros” (Menezes, 2007:138).

Nesta carruagem da intervenção social e comunitária todos os passageiros são convidados a entrar porque, sem eles, o percurso não vai ser o mais profícuo, as paragens não vão fazer sentido para a comunidade envolvente e o destino poderá não ser o desejado por todos e para todos.

Capítulo III – Caracterização do contexto

Neste capítulo irei fazer uma descrição sobre o contexto específico onde se centra a minha experiência profissional e também a investigação em causa.

Será realizada uma breve abordagem histórica e contextualizada da temática de habitação social ao longo dos anos, especificando o caso particular do concelho de Vila Nova de Gaia. Posteriormente, será explanado o caso das empresas municipais (GaiaSocial – de 2000 a 2010; Gaiurb – de 2011 até à presente data) que gerem a habitação social e promovem uma intervenção social integrada nos empreendimentos sociais do Município de Gaia.

3.1. Habitação Social

Uma vez que este trabalho pretende refletir sobre a prática da psicologia comunitária e da intervenção social e comunitária, ao nível de um contexto específico – habitação social, não poderia deixar de fazer uma breve abordagem a este tema.

Na Constituição da República Portuguesa, o artigo n.º 65 refere que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Considerando este pressuposto, os órgãos executivos passaram a intervir diretamente na promoção da habitação, como forma dos grupos desfavorecidos terem acesso à mesma e de, assim, tentar atenuar as suas desigualdades.

Esta intervenção passou pela construção de habitações sociais, entendidas como “(...) habitações de custos controlados (...) promovidas com apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmaras Municipais, Cooperativas de Habitação, Empresas Privadas e Instituições Particulares de

Solidariedade Social, destinadas à venda ou ao arrendamento” (Portaria n.º 828/88, artigo 1.º, de 29 de dezembro).

Há também um percurso histórico das políticas de habitação, mas as que são mais relevantes dizem respeito às décadas de 80 e 90. Nesta altura, a intervenção estatal na construção de alojamentos sociais diminuiu e transferiu, de forma gradual, para as autarquias locais a responsabilidade de alojar as famílias mais carenciadas (D.L. 214/82, de 28 de maio).

Em 1982, foi criado o FAIH, que tinha como competência o financiamento de programas de habitação de interesse social promovidos pelos setores públicos, cooperativo e privado, mas que se revelou ineficiente no atingir dos objetivos de que estava imbuído, pelo que foi extinto com a criação do Instituto Nacional de Habitação, em 1984. Este passou a ter como objetivos a implementação de programas habitacionais de cariz social em que os financiamentos, para implementação dos mesmos, eram especificamente dirigidos às Câmaras Municipais. Deste modo, os custos inerentes à execução daqueles programas eram repartidos entre a administração local e central.

Desta forma o Estado cria o PER nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (D.L. 163/93, de 7 de maio). Este programa, criado com a particularidade de ser uma medida excecional e prioritária a aplicar nos municípios aderentes, tinha como objetivo a resolução do problema habitacional das famílias residentes em barracas, tentando combater os problemas sociais associados à falta de condições habitacionais condignas.

No entanto, a construção de habitação a custos controlados e a construção resultante dos diversos acordos de colaboração entre a administração central e as autarquias locais para erradicação das barracas, não eliminou totalmente as situações de carência habitacional.

Desde que foi implementado, o PER tem vindo a ser aplicado pelos vários municípios até à atualidade. Com o seu desenrolar, a intervenção do Estado, no que concerne à erradicação das barracas e de outras situações de ausência de condições habitacionais, tem-se concretizado sempre com a

cooperação dos municípios envolvidos e através de acordos de colaboração. Pode concluir-se que o resultado desse programa, em termos de realojamentos, se não eliminou as barracas, pelo menos contribuiu, de forma considerável, para a sua erradicação.

Em 2007, e perante uma avaliação deficiente do INH no que diz respeito à simplificação e agilidade “dos processos de concessão de apoio financeiro aos municípios, sob a forma de crédito bonificado e de comparticipação a fundo perdido” (Preambulo do Decreto Lei n.º 30/97 de 28 de janeiro), é criado o IHRU, I.P. Este Instituto passa a abarcar mais competências em função do redimensionamento da intervenção financeira do Estado no âmbito da política da habitação e das cidades, competindo-lhe a elaboração de normas, de projetos ou de financiamento de programas habitacionais municipais, de cooperativas, de empresas e de particulares. Ao IHRU incumbe ainda o estudo e a implementação de novos programas de habitação, bem como assumir as suas responsabilidades na gestão física e social dos milhares de fogos que constituem o seu património.

Em Vila Nova de Gaia a habitação social surge em maio de 1965, quando é lançado concurso público para a construção de 28 fogos na Freguesia de Vilar de Andorinho e 36 fogos na Freguesia de Oliveira do Douro (as primeiras fases dos Bairros de Balteiro e Quebrantões).

Em 1988 é celebrado um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Gaia e a Secretaria de Estado da Habitação, entendendo-se que, naquele momento, para a satisfação das necessidades habitacionais do concelho, era necessário e indispensável a construção dos 787 fogos. Já em 1995, a Câmara Municipal celebrou com a Administração Central o Acordo Geral de Adesão ao PER, prevendo a construção e/ou aquisição de 3619 fogos, correspondentes às necessidades registadas em 1993 no recenseamento do PER efetuado em todo o Concelho de Gaia. A edificação mais maciça começa em 1998 até meados de 2011, existindo no concelho 44

Empreendimentos Sociais (tal como descrito no Quadro n.º 1), com um total de 3418 habitações.

Quadro n.º 1

Freguesia ¹	Empreendimento Social	N.º Habitações ²
Arcozelo	Dr. Mota Amaral	112
	Mira	1
Avintes	Dr. Mário Cal Brandão	159
	Quinta da Mesquita	25
Canelas	Rosa Mota	95
	Padre Américo	31
Canidelo	Dr. Barbosa de Melo	109
	Coronel Pinto Simões	100
	Cova da Loba	36
	Manuel Pacheco Miranda	26
Crestuma	Quinta da Marroca	46
Grijó	Presa Nova	42
	Padrão	16
Lever	Padre Vítor Melícias	12
Madalena	Bela Vista	100
Mafamude	Alto das Torres	10
Olival	Adelino Amaro da Costa	28
	D. Armindo Lopes Coelho	188
	Igreja	8

¹ É utilizada a denominação das freguesias anterior à Reforma da Administração Local (D.L. 11-A/2013 de 28 de janeiro);

² N.º de habitações sociais com renda apoiada, segundo o Decreto Lei n.º 166/93, de 7 de maio: tipifica a renda apoiada a aplicar imóveis sujeitos ao regime de arrendamento social.

Freguesia	Empreendimento Social	N.º Habitações
Oliveira do Douro	D. Manuel Martins	235
Pedroso	Prof. Carlos Mota Pinto	36
	Tabosa	44
	Raposas	8
	Sr.ª do Monte	3
Perosinho	Perosinho	104
Sandim	Sandim	38
Santa Marinha	D. Manuel Clemente	27
S. Félix Marinha	Alberto Martins Andrade	150
S. Pedro da Afurada	Cavaco	66
Sermonde	Dr. Francisco Pinto Balsemão	59
	Cancela	30
Serzedo	Eusébio da Silva Ferreira	126
	D. Ant. Ferreira Gomes	96
Valadares	Gen. Ramalho Eanes	167
	Boa Nova	55
	Penedo	18
Vilar Andorinho	Balteiro	91
	Urb. Vila D'Este	84
	Lote 73	80
	Qta Monte Grande	487
Vilar Paraíso	Ruy de Carvalho	70

3.2. GaiaSocial e Gaiurb: o exemplo de Vila Nova de Gaia

Nesta realidade específica, considero que a GaiaSocial/Gaiurb passou por três grandes momentos em termos de evolução: o primeiro desde a sua fundação até ao ano de 2005; o segundo de 2006 (altura em que integrei a equipa de Ação Social) a 2010 e o terceiro de 2011 até à presente data.

No primeiro momento o principal objeto da empresa era a criação e desenvolvimento da habitação social e a gestão integrada e participada do parque habitacional no concelho de Vila Nova de Gaia. A população alvo eram famílias recenseadas no PER, sendo a atribuição das habitações realizada de acordo também com os fatores de disponibilidade de fogos e o nível de carência das famílias, para além dos devidos requisitos legais. Os principais objetivos da empresa, nestes primeiros anos de implantação, passavam por promover uma adequada administração patrimonial e social (organizando e mantendo atualizado o registo dos bens imóveis e uma base de dados relativa aos residentes); assegurar a manutenção dos edifícios e respetivos espaços exteriores; realizar ações de cobrança de rendas dos fogos municipais; assegurar a execução de obras de reparação nas habitações e edifícios, com o objetivo de garantir o bom estado de conservação e o necessário bem-estar da população residente, fomentando desta forma a melhoria das condições de vida dos moradores; dinamizar ações de formação e informação junto das populações dos empreendimentos sociais.

Aos profissionais que integravam o Núcleo Social era pedido que atualizassem o levantamento do PER e propusessem realojamentos para as respetivas famílias, cobrassem rendas e mantivessem atualizada a base de dados sobre os agregados familiares que passavam a residir nos empreendimentos sociais, acompanhando e integrando estas famílias numa realidade que era o contexto de habitação social.

Este primeiro momento foi claramente de reconhecimento da população, integração das famílias em contexto de habitação social e gestão do parque habitacional. Para isso os “gabinetes sociais onde é realizado o atendimento social desempenham um papel importante na divulgação de informação relativa

aos direitos e deveres ao apoiarem as pessoas em risco social, agilizando o encaminhamento para outras instituições (...). Importa salientar que a localização destes gabinetes em espaços físicos segregados (bairros) pode ser vista como cumprindo uma dupla função: maior proximidade no atendimento; menor estigmatização desses locais ao obrigar à frequência pelos interessados” (Neves, 2011:138).

Em 2006 começa um novo ciclo para a GaiaSocial, que continua ainda a vigorar em alguns aspetos até aos dias de hoje. O trabalho do Núcleo Social foi reformulado e valorizada a multidisciplinaridade da equipa que o constitui (Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos e Educadores Sociais), sendo privilegiada a coesão social como pilar fundamental de atuação. A intervenção passa a ser integrada juntamente com outras instituições (iniciando-se um trabalho em rede), tendo em conta as várias frentes que podem influir sobre o bem-estar das famílias residentes nos empreendimentos sociais, que integram um grande número de pessoas cuja história de vida as coloca em posição de maior vulnerabilidade social.

Para conhecer melhor a população realojada (suas necessidades e potencialidades) foi realizado um Inquérito de Diagnóstico Social: “Ca(u)sas Sociais” (2006/ 2007) - a todos os agregados familiares e seus elementos. Dados esses que permitiram um melhor planeamento de toda a intervenção social e comunitária realizada a partir de então. Tal como Neves postula, “Há (intervensões comunitárias) que partem da elaboração de diagnósticos, que assentam no trabalho em parcerias/redes/plataformas de interação, que procuram mobilizar recursos endógenos, mas também, muitas vezes, recursos externos ao território, conjugando esforços e envolvendo as próprias comunidades na definição da intervenção” (Neves, 2011: 139). Para além deste diagnóstico mais focalizado na população residente nos Empreendimentos Sociais, é importante referir que toda a intervenção tem também em conta o Plano de Desenvolvimento Social desenvolvido pela Rede Social do Município.

Ao longo de todo este processo, têm existido quatro eixos fundamentais de intervenção: o atendimento à população residente; a gestão sócio–

habitacional dos empreendimentos sociais; a intervenção e acompanhamento social dos agregados familiares e o desenvolvimento e promoção de dinâmicas comunitárias. O investimento da equipa social tem tido em conta os seguintes objetivos: incentivar regras de habitabilidade para a melhoria da qualidade de vida e dos padrões de conforto e salubridade das famílias; prevenir e/ou combater situações de vizinhança conflituosa; facilitar o desenvolvimento da identidade pessoal dos adultos, crianças e jovens e promover a construção dos seus projetos de vida; fomentar o acompanhamento social, apoio técnico e/ou psicológico e encaminhamento em utentes mais fragilizados e que apresentem fatores de risco e/ou exclusão socioeconómica; impulsionar a participação e auto-organização da população residente. Resumindo, pretendeu-se e continua a ser um dos desígnios fundamentais da equipa social, conceber um modelo adequado de intervenção social e comunitária, através da prevenção primária, secundária e terciária, visando a melhoria das condições de vida das famílias.

O terceiro momento iniciou-se quando a GaiaSocial, por condicionalismos de ordem económica e legislativa, foi fundida com a Gaiurb. A habitação social passou a ser um departamento desta empresa e a Ação Social uma unidade administrativa deste. Em termos de intervenção social alguns projetos foram mantidos e continuados, mas a praxis passou a centrar-se ainda mais nas famílias.

Tendo em conta os vários Planos de Atividades realizados durante estes últimos anos (desde 2006 até à presente data), a intervenção social adotou duas vertentes, já teorizadas anteriormente: uma ação mais assistencial e direta – desenvolvida de forma constante e presencial numa lógica de proximidade pelos técnicos de apoio social nos gabinetes de apoio que existem nos empreendimentos; e o desenvolvimento comunitário, através de vários projetos dirigidos a diferentes alvos da população.

Na primeira vertente sublinha-se o acompanhamento sistemático a famílias mais problemáticas, com os quais são elaborados projetos de vida

conjuntos, com vista à sua autonomia, o acompanhamento psicológico; o apoio logopédico a crianças com dificuldades de linguagem; a articulação com as EMATS onde são acompanhados os menores com medidas de promoção e proteção judiciais com processos a decorrer no Tribunal de Família e Menores de Vila Nova de Gaia; e ainda o trabalho conjunto com a CPCJ dos menores sinalizados oriundos dos empreendimentos sociais. De salientar neste ponto que a otimização das parcerias na repartição de responsabilidades tem vindo a crescer, o que possibilita uma maior eficácia e eficiência na intervenção social existente.

Ao nível do desenvolvimento comunitário, passo a expor sucintamente apenas alguns projetos, aqueles que considero mais relevantes, tendo em conta as várias franjas da população residente e as suas principais necessidades.

- Projeto “Divertir com o Saber”, dirigido a crianças que frequentam o 1º e 2º ciclos do ensino básico, com o objetivo de fomentar e desenvolver o raciocínio através de diversas atividades (jogos didáticos, de estratégia, interpretação, entre outros) na área da matemática e da língua portuguesa. Dentro deste projeto, entendeu-se que era essencial prevenir e promover a saúde desta população – ao nível da saúde oral e visual. Assim surgem dois programas: o “Consolidar o Saber com um sorriso a valer” (com tratamentos dentários e ortodônticos) e “Ver bem, para aprender melhor” (com rastreios visuais e oferta de terapia visual ou óculos, mediante os casos).

- Criação de Espaços de Atividades Ocupacionais, em diferentes Empreendimentos, com o objetivo de estimular a criatividade de cada criança, a motivação para a descoberta, o desenvolvimento de competências sociais através de oficina das artes, cantinho da leitura, hora do conto, elaboração de jornal, entre outras. Na sequência destes espaços, surge um projeto mais estruturado: “Olh@r_te.com” com ações de sensibilização/formação sobre diferentes temáticas sugeridas pelos jovens, tais como: toxicodependência,

educação para a sexualidade, orientação escolar e profissional. Este projeto estava orientado para crianças dos 6 aos 12 anos e jovens dos 13 aos 18 anos (uma vez que funcionaram em diferentes Empreendimentos Sociais, mediante as necessidades da população residente).

- Implementação de salas de Ensino Recorrente/Alfabetização, para a população adulta; fomento de ações de sensibilização para a empregabilidade (A procura de emprego; O Curriculum Vitae; A entrevista de emprego; A autoimagem); promoção de cursos de Reconhecimento Validação Certificação de Competências (em colaboração com a ADICE); dinamização de cursos de formação teórico-práticos em áreas diversificadas como “A Gestão Doméstica e Higiene Habitacional”, que compreende matérias como a gestão de conflitos, a rotina de cuidados, a higiene, a segurança em casa, a gestão económica e financeira, a organização do espaço habitacional, a confeção de alimentos e cuidados primários de saúde; desenvolvimento de ações de formação e informação sobre “A Valorização do Espaço Individual e Comum”, onde foi entregue a todos os moradores o Manual para as Habitações, e explicado o Modelo de Gestão das Zonas Comuns, em todos os Empreendimentos Sociais do Concelho; promoção de ações de “Prevenção de incêndios Domésticos e Suporte Básico de Vida”, numa parceria com a Proteção Civil e Bombeiros Sapadores de Gaia; ações de sensibilização denominada “Burlas a Idosos” e outros temas de segurança dirigidas à população mais idosa com a colaboração das respetivas autoridades policiais locais (PSP e GNR).

Tal como Neves aponta “As metodologias de participação e empowerment concretizam-se em iniciativas, ações e projetos de carácter muito diverso: desde o apoio ao associativismo à promoção do empreendedorismo. (...) salientam-se intervenções na área da animação comunitária, do desenvolvimento rural e do desenvolvimento local” (2010:140).

Assim, para além das ações de informação, formação e sensibilização expostas anteriormente, foram também realizadas inúmeras atividades e projetos de carácter mais lúdico:

- “Verão Solidário” com a implementação da colónia balnear, realizada na primeira quinzena de julho, onde eram abrangidas crianças dos 6 aos 12 anos, e também a realização de atividades que decorreram diariamente em todos os Empreendimentos Sociais, como o teatro juvenil, jogos tradicionais; atelier d’Arte (Desenho e Pintura, Modelagem, Colagem, Dobragens, Pulseiras, Esculturas...); Peddypaper; Projeção de filmes; Culinária;

- Realização de Torneios Desportivos nos Empreendimentos. Aqui destaca-se o Torneio de Futebol Mundialito 2006 e EuroGaia 2008, realizado pela Gaianima, em que a GaiaSocial participou com 5 equipas, de 10 elementos, constituídas por crianças de idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos.

- Promoção de eventos culturais e de animação junto da população dos Empreendimentos tais como atividades de Teatro de Rua – com colaboração do Teatro Arado;

- Realização de Concursos de “Melhor Entrada” (alusivos ao Natal, S. Martinho e Santos populares), com objetivo de incentivar a população residente para a manutenção e cuidado das zonas e espaços comuns e de “Melhor Jardim” com objetivo de sensibilizar a população para a conservação e manutenção destes espaços – com a correta apropriação dos jardins e zonas de lazer;

- Comemorações de dias festivos como o Dia Internacional da Mulher, Dia do Idoso, Dia da Família, Dia Mundial da Criança, Dia Europeu dos Vizinhos (entre outros) com a realização de várias festas/convívio dinamizadas com espetáculos musicais, sempre com objetivo de promover a confraternização e promoção de valores de solidariedade;

- Construção e promoção de Hortas Comunitárias, um projeto levado a cabo pela GaiaSocial/Gaiurb, após conceção do Parque Biológico de Gaia. Foram criados talhões de terreno cultivável que os moradores usufruem a título gratuito pelo período de três anos, comprometendo-se a tratar da boa conservação do espaço, promovendo a diversidade de cultivos e utilização os produtos da horta para consumo próprio.

São destinatários de todas estas ações e atividades a população residente nos empreendimentos, sendo beneficiários diretos 6.135 indivíduos e, nalguns casos a população em geral.

Todo este trabalho de intervenção direta e desenvolvimental merece uma reflexão crítica, de todos os que fizeram parte integrante deste processo que continua em construção. Por isso mesmo decidi que a melhor abordagem passaria pela discussão focalizada com os meus pares, sobre os temas primordiais que norteiam a nossa intervenção e o nosso trabalho do dia a dia.

Capítulo IV – Metodologia de Investigação

Nos capítulos anteriores foram abordados os conceitos de psicologia comunitária, intervenção social e comunitária e habitação social. Foi salientada a importância do técnico social em todo o processo neste tipo de intervenção, por isso mesmo decidi que seria relevante perceber junto de uma equipa de técnicos sociais, que trabalham em contexto de habitação social municipal, quais as suas opiniões sobre estas teorias e reflexões sobre as suas práticas.

Parece-me importante salientar que esta investigação foi também impulsionada pelas minhas experiências e reflexões pessoais sobre estes temas, mas primordialmente pelas inquietações e questionamentos na prática do dia a dia.

Depois de definido o objeto principal desta investigação e consequentes objetivos específicos, será aprofundada a metodologia adotada, a seleção dos participantes e, por fim, o método e processo de recolha e análise dos dados.

4.1. Objeto de estudo e objetivos específicos

O estudo realizado é de natureza exploratória e de cariz qualitativo, cuja finalidade é perceber, a partir do discurso de profissionais da área social, a reflexão que os próprios fazem acerca do seu trabalho e da relação do mesmo com a intervenção social e comunitária em contexto de habitação social.

Tendo em conta esta questão central, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- aprofundar o papel do técnico de apoio social na intervenção;

- verificar se existem vantagens e/ou desvantagens da intervenção realizada por uma equipa multidisciplinar;
- refletir sobre as práticas de intervenção social e comunitária, no dia a dia destes profissionais;
- perceber o que é a psicologia comunitária e a intervenção social e comunitária para estes profissionais;
- perspetivar alternativas, em termos de intervenção, para o futuro.

4.2. Metodologia de investigação

Nesta investigação os significados construídos pelos profissionais sobre o seu trabalho (como técnicos de apoio social, em contexto de habitação social) e a relação deste com a intervenção social e comunitária são fundamentais, “na investigação qualitativa, fazemos poucas assunções acerca da forma como as coisas funcionam e somos muito cuidadosos acerca da atribuição de causas. Procuramos estar abertos à realidade dos outros.” (Krueger, 1998:3), daí a importância discursiva dos participantes.

Indo ao encontro da conceção de Neves (1996) quando destaca que, não obstante a diversidade de estudos de pesquisa qualitativa, existem um conjunto de características que lhes são comuns e essenciais: a) o ambiente natural como fonte direta na obtenção dos dados e o papel fundamental do investigador; b) o carácter descritivo das informações obtidas; c) a preocupação do investigador centrar-se no significado que as pessoas atribuem às coisas e à sua vida; d) o enfoque de análise de teor indutivo, resultante dos dados analisados, capaz de contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos.

Assim, após o processo de recolha da informação, seguir-se-á a análise e interpretação qualitativas dos dados, que têm como grande objetivo a descrição e descodificação de um sistema complexo de significados (Neves, 1996). Tendo em conta as inúmeras possibilidades de uma abordagem qualitativa, realizei um grupo de discussão focalizada com profissionais (técnicos de apoio social) que trabalham em contexto de habitação social.

4.2.1. Constituição do grupo

A equipa da Unidade de Ação Social da Gaiurb, é constituída neste momento por 27 profissionais, sendo destes: 12 Assistentes Sociais, 10 Psicólogos, 2 Sociólogos, 2 Educadores Sociais e 1 Licenciada em Direito. Dos 27 elementos que compõem a equipa social, 3 deles estão destacados nas duas CPCJ's de Vila Nova de Gaia. A idade média dos técnicos de apoio social é de 38 anos, tendo o elemento mais velho 48 anos e o mais novo 30 anos. Em termos de género, o masculino está em clara minoria com apenas 3 elementos.

O grupo de participantes que colaborou nesta discussão focalizada, surgiu de forma voluntária. Dispuseram-se a participar nesta investigação 8 profissionais: 5 com formação na área da psicologia e os restantes 3 em serviço social; a média de idades do grupo é de 39 anos e o género maioritário é o feminino, uma vez que existe apenas 1 elemento masculino. Tal como refere Krueger (1998) este grupo de discussão focalizada foi constituído por um conjunto homogéneo de sujeitos que têm algo em comum, que é de interesse para o objeto do estudo.

4.2.2. Método de recolha de dados

O grupo de discussão focalizada, enquanto método utilizado em investigação qualitativa, mostrou ser o mais adequado tendo em conta este estudo, uma vez que permite analisar os significados construídos na interação dos participantes em grupo. O facto de ser uma situação grupal, permite obter evidências acerca das semelhanças e diferenças de opiniões, podendo retirar-se conclusões mais seguras e substanciadas. Trata-se de uma situação em que o participante não se sente isolado, mas em interação com os seus pares, podendo este facto servir como elemento desbloqueador e potenciador da sua participação. É assim fundamental, não só o discurso de cada um dos elementos do grupo, mas primordialmente a interação dos vários participantes.

Esta técnica consiste basicamente em entrevistas de grupo, não no sentido de alternância entre as questões do entrevistador e as respostas do entrevistado, mas dando especial importância à interação entre os elementos que o constituem (Morgan, 1997).

Na investigação com grupos de discussão focalizada, pretende-se obter uma compreensão mais completa e mais aprofundada acerca de determinado tópico. Há uma focalização na qualidade da informação e com o facto dos resultados constituírem uma reflexão válida da forma como os participantes sentem e pensam acerca de determinado tópico (Krueger, 1998).

Assim, pretende-se reunir informação através da interação entre os elementos, sobre um determinado fenómeno. São os interesses do investigador que originam a realização deste grupo de discussão focalizada, embora a informação provenha da interação do grupo (Morgan, 1997). Por isso mesmo, em situação de grupo, atribui-se a designação de moderador quando nos referimos ao investigador.

De forma a serem respeitados os objetivos da investigação, e como auxílio aos moderadores na operacionalização do grupo de discussão, criou-se

um guião (anexo 1) composto por questões de resposta aberta, tendo em conta os objetivos determinados. A existência deste guião permitiu aos moderadores adaptarem-se aos participantes e à discussão que daí surgiu, facilitando, desta forma, a comunicação.

4.2.3 Processo de recolha de dados

Os participantes foram convidados a participar nesta investigação, numa reunião de trabalho e posteriormente foi enviado um email a toda a equipa de ação social, reforçando este mesmo convite. O grupo de participantes que colaborou nesta discussão focalizada, surgiu então de forma voluntária. Foram convidados para esta investigação com três semanas de antecedência, tendo o grupo se reunido nos dias 21 e 23 de maio, da parte da manhã, nas instalações da empresa onde trabalham, estando garantidas todas as condições propícias à sua realização (privacidade, boa visibilidade, isolamento acústico e ausência de interrupções). Este grupo de discussão reuniu-se em dois momentos com a duração de 1h e 50m, cada sessão.

No início deste grupo de discussão todos os elementos foram esclarecidos quanto à finalidade e objetivos do estudo, a natureza voluntária da sua participação, a garantia de confidencialidade dos dados obtidos, assim como o anonimato no momento da apresentação dos resultados. Foi igualmente pedida autorização para o registo em vídeo e áudio com vista à posterior transcrição.

Dado o meu envolvimento face ao objeto de estudo traçado e também à relação com os elementos que constituem o grupo, foi convidado um co-moderador, licenciado em Ciências da Educação com interesse nos temas em discussão. O facto de existirem 2 moderadores (um mais centrado na dinâmica e outro mais centrado no guião), foi extremamente positivo. A coordenação do grupo foi assumida por este co-moderador, o que permitiu criar um maior distanciamento da minha parte.

4.2.4. Procedimento de tratamento e de análise de dados

Após a realização do grupo de discussão focalizada procedeu-se à transcrição integral para que, posteriormente, este fosse analisado através do recurso à análise de conteúdo. Esta ferramenta é fundamental na compreensão da construção de significados que os indivíduos exteriorizam no seu discurso.

Foi levada a cabo uma descrição minuciosa no que diz respeito ao tratamento da informação presente no discurso dos participantes e na interação entre eles. Os objetivos gerais e específicos orientaram esta análise, tendo sempre em linha de conta a interpretação de significados expressos no momento de recolha de dados. Foi somente realizado um grupo de discussão focalizada com um pequeno número de participantes: 8 elementos. A utilização de um só grupo de discussão pode ser entendido, por alguns autores como um risco (Morgan & Scannell, 1998), mas as limitações inerentes à própria disponibilidade dos participantes assim o impuseram, assim como a não pretensão quanto à generalização de resultados obtidos com este estudo.

Os resultados apresentados resultam então da interpretação dada aos relatos dos participantes. A explicação baseia-se nas afirmações descritivas e sugere o significado desses mesmos resultados. A descrição origina um resumo, enquanto que a interpretação pretende fornecer compreensão, sendo sempre baseada nos dados recolhidos. A análise é também um processo de comparação. Talvez a estratégia mais útil na análise qualitativa seja encontrar padrões, fazer comparações e contrastar um conjunto de dados com o outro.

“O método de comparar e contrastar é utilizado praticamente em todas as tarefas intelectuais durante a análise: formação de categorias, estabelecimento de fronteiras entre as categorias, (...) resumir o conteúdo de cada categoria, encontrar evidências negativas, etc. O objetivo é discernir semelhanças conceptuais, refinar o poder discriminativo das categorias, e descobrir padrões.” (Krueger, 1998: 17).

Todos os procedimentos de análise foram realizados manualmente, utilizando uma análise categorial, dado que permite considerar a totalidade do texto obtido através da transcrição realizada. Foi utilizado o que é comum designar-se por método das categorias (Krueger, 1998).

A definição destas categorias iniciou-se tendo em conta os objetivos já expostos inerentes à investigação. Procedeu-se à leitura integral do grupo de discussão focalizada, conseguindo-se uma visão global dos conteúdos e perceções presentes. Em seguida, com uma leitura mais aprofundada, os dados obtidos (que são a representação dos conteúdos) foram submetidos a uma codificação. Foi necessário então criar categorias, onde o tema foi considerado a unidade de registo, uma vez que o objetivo deste estudo é o de analisar práticas, opiniões e sentimentos. As unidades de registo foram identificadas na transcrição, sendo codificadas segundo o tema, que deu origem a um conjunto de categorias e sub-categorias.

Algumas das categorias foram pré-definidas, tendo em conta os objetivos específicos do estudo, mas esta análise levou a uma reformulação do quadro inicial, uma vez que nem todas as respostas correspondiam às categorias pré-existent.

Segue-se o quadro que resume o sistema categorial emergente da análise do grupo de discussão focalizada, que será devidamente aprofundado nas páginas seguintes.

Quadro 2. Sistema categorial emergente da análise do grupo de discussão focalizada

Temas	Categorias	Subcategorias
Trabalho dos técnicos de apoio social	1. Principais funções exercidas pelos técnicos de apoio social	Gestão “ <i>gestão do empreendimento</i> ” (PB)
		Atendimento e acompanhamento social “ <i>atendimento ao público</i> ” (PE) “ <i>desenvolve trabalho social</i> ” (PB)
		Projetos de intervenção “ <i>aí surgem os projectos comunitários</i> ” (PB)
	2. Experiências mais relevantes	Experiências positivas “ <i>existem alguns projectos que eu tive muito gosto em fazer</i> ” (PA)
		Experiências negativas “ <i>é muito frustrante</i> ” (PB)
	3. Papel dos técnicos	Agentes de mudança “ <i>agente de mudança</i> ” (PC)
Trabalho de uma equipa multidisciplinar em intervenção social e comunitária	4. Vantagens e desvantagens da equipa multidisciplinar	Vantagens “ <i>acho que é fantástico</i> ” (PF)
		Desvantagens
Reflexão sobre as práticas de intervenção social e comunitária	5. Práticas ao nível da intervenção social	Inclusão “ <i>no projecto, é uma forma de inclusão, na aprendizagem da matemática</i> ” (PF)
		Exclusão “ <i>ao mesmo tempo fazemos também exclusão</i> ” (PD)

Psicologia Comunitária e Intervenção Social e Comunitária	6. Conceitos que os técnicos têm acerca destas áreas	Objetos de estudo <i>“orientada para a população”</i> (PF)
		Objetivos <i>“fomentando o controlo da população”</i> (PF)
		Tipos de Intervenção <i>“nós não vamos remediar!”</i> (PB) <i>“objetivos (...) maioritariamente preventivo”</i> (PH)
Intervenção social e comunitária no futuro	7. Perspetivas de futuro	Estratégias e medidas globais <i>“vontade política”</i> (PE)
		Estratégias e medidas específicas <i>“o nosso polo, propôs uma situação”</i> (PE)
Situação atual dos técnicos de apoio social	8. Sentimentos expressos acerca da prática profissional	Desmotivação <i>“não vamos vendo resultados”</i> (PG)
		Desgaste <i>“Isto desgasta...”</i> (PH)
Importância do grupo	9. Relação estabelecida com os pares	Apoio <i>“sinto-me apoiada”</i> (PA)
		Reflexão <i>“acho fundamental (partilhar) casos”</i> (PE)

Capítulo V – Análise e discussão de resultados

No capítulo anterior foi definido o objeto principal desta investigação, assim como os seus objetivos específicos, exposta a metodologia adotada, descrita a seleção dos participantes, assim como o processo de recolha e análise dos dados.

Neste, será realizada a análise e interpretação dos dados obtidos, tendo sempre por base uma interpretação pessoal dos relatos obtidos na análise dos dados desta investigação.

Tendo em conta os resultados obtidos, foram identificadas sete categorias diferenciadas: - Trabalho dos técnicos de apoio social; - Trabalho de uma equipa multidisciplinar em intervenção social e comunitária; - Reflexão sobre as práticas de intervenção social e comunitária; - Psicologia comunitária e intervenção social e comunitária; - Intervenção social e comunitária no futuro; - Situação atual dos técnicos de apoio social e a - Importância do grupo. Estas duas últimas categorias emergiram de elementos que não foram considerados inicialmente.

Após a definição das categorias, estas foram decompostas em subcategorias, que as vão sustentar e fundamentar.

5.1. Trabalho dos técnicos de apoio social

Neste ponto, que diz respeito ao trabalho realizado pelos técnicos de apoio social, considerou-se fundamental analisar quais as suas principais funções exercidas no dia a dia, tendo estas sido subdivididas em 3 grandes sub-categorias: a gestão, o atendimento e acompanhamento social e os projetos de intervenção; as experiências de trabalho que consideram mais relevantes, com um cariz positivo ou negativo; e o seu papel na intervenção, definindo-o como agente de mudança.

Todos os participantes foram unânimes em subdividir o seu trabalho em três âmbitos fundamentais. Em primeiro lugar, especificam o seu papel ao nível da gestão dos empreendimentos onde estão presentes, que apresenta várias vertentes. Tal como um dos participantes refere: “nós temos a função de gerir um empreendimento social, essa gestão passa por...muita, muita coisa, como por exemplo gestão familiar, gestão financeira (...), alguma mediação de conflito, de vez em quando” (PA); especificando um pouco mais, referem que esta gestão passa pelo “cumprimento do regulamento municipal, em que há normas, há regras, na utilização das habitações, na preservação dos espaços comuns, (...) em que nós temos que gerir o próprio empreendimento, as habitações, as zonas comuns, a conservação, os equipamentos” (PB).

Uma outra dimensão do seu trabalho diz respeito ao atendimento aos munícipes e acompanhamento social primordialmente aos residentes nos empreendimentos. “Estudamos as famílias, acompanhamos, encaminhamos sempre que há adesão das próprias, fazemos projetos de vida, onde tem que haver colaboração das famílias senão não surte os efeitos desejados... Mais ... Fazemos atendimento” (PB). No que diz respeito ao acompanhamento social, destacam os projetos de vida, especificando:

“são famílias que se nos apresentam, disfuncionais, desestruturadas, e nós tentamos com elas, não para elas, fazer um projeto de vida (...) estruturamos os objetivos a atingir, e elas têm que ser colaborantes em

todo o processo. Pronto, temos sucesso quando elas são colaborantes e atingimos os objetivos” (PB).

Definem como um dos grandes objetivos deste acompanhamento social junto da população a promoção da sua autonomia: “Tentamos autonomizar as pessoas, fazer delas autónomas. Autonomizar, (...) e não ser um assistencialismo, nós não temos que fazer pelas pessoas” (PF). Ainda nesta vertente do acompanhamento, destacam o trabalho de proximidade que existe junto da população: “E acima de tudo esta proximidade junto da nossa da nossa população-alvo, que é uma mais-valia. Este know-how é muito importante para podermos atuar” (PC).

No que diz respeito aos projetos de intervenção comunitária, integram-nos como uma parte do seu trabalho, mencionando que “os projetos de intervenção comunitária, têm um âmbito mais alargado e tentamos trabalhar ao nível de uma questão mais específica” (PB). Nesta intervenção destacam o papel da articulação interinstitucional: “como equipa nós trabalhamos muito bem a nível social, e articulamos muitíssimo bem quer uns com os outros quer com outras instituições” (PE), salientando que

“a articulação com os nossos parceiros de rede é fantástica, nós trabalhamos muito bem e chamamos sempre entidades parceiras de referência para os nossos projetos, acho que isso é uma mais-valia, porque se não houver trabalho em rede não há trabalho social neste momento” (PF).

Quanto às experiências mais relevantes, apresentaram exemplos positivos ao nível de projetos e atividades que estão a decorrer ou já terminaram, uns com população idosa, outros com jovens, crianças ou com adultos – ao nível da formação parental:

- “Gostei muito de participar no âmbito do Programa Integrado de Proximidade, em que nós íamos a casa daqueles (idosos) que estão mais vulneráveis, que vivem sozinhos, e é muito gratificante estarmos ali para apoiar e servirmos de retaguarda” (PB);

- “Neste momento o projeto “Desafio de Ser Pais” é um projeto que me está a dar algum prazer. (...) é um projeto que foi delineando e contempla nove ações; cada ação irá abranger uma determinada área que trabalhamos junto das famílias, e aquilo que nós pretendemos acima de tudo é dar informação na área da formação e educação parental” (PC);

- “Desenvolvi atividades com crianças e jovens dos empreendimentos onde eu estava, conhecia-os, sabia até que ponto é que podia puxar por eles, o que é que poderíamos fazer e o que é que poderíamos ensinar para eles aprenderem e levarem para casa uma mais-valia também” (PD);

- “Aquilo que eu mais gosto de fazer são os projetos ligados às crianças, é uma área que eu gosto muito de trabalhar, principalmente a área da educação” (PF);

- “O projeto comunitário TIAS, que é terceira idade ativa na saúde” (PA).

As experiências negativas são colocadas principalmente no acompanhamento social de projetos de vida, primordialmente com algumas franjas da população:

- “No âmbito da prossecução dos projetos de vida, quando nós estamos ali a investir o nosso trabalho e a meio as pessoas deixam de colaborar. É muito frustrante, nomeadamente em situações com alcoolismo e toxicodependência” (PB);

- “O que eu mais detestei fazer foi a colónia de férias/ colónia balnear. O que acontecia é que muitas vezes nós não reconhecíamos nem metade das crianças que lá estavam, não sabíamos como lidar com elas (...) foi das coisas que mais me custou fazer.” (PD);

- “Aquilo que eu menos gosto de trabalhar, é (com) a população cigana, por diversos motivos... (...) primeiro não são recetivos, e os que são, acabam por a meio ou logo no início nos defraudar com uma série de atitudes” (PF).

No que diz respeito ao papel dos técnicos de apoio social, em vários momentos e situações eles definem-se como promotores e agentes de desenvolvimento. Assumem-se no seu trabalho “enquanto agentes de mudança” (PC), sempre com uma postura colaborante: “podes ser um agente de mudança, (...) um agente de mudança em intervenção. Um agente de mudança com limitação (da própria família)” (PA).

Nesta primeira fase da discussão, foi notório o envolvimento que todos implicam no seu trabalho do dia a dia. Não só quando falam das experiências mais positivas e menos positivas, mas também na especificação do seu trabalho, das várias funções inerentes a este e do papel que representam na intervenção.

Os técnicos apresentam um trabalho multifacetado e rico. Esta riqueza deriva das múltiplas funções exercidas por cada um, das experiências que retiram da sua prática e da forma como se colocam na própria intervenção. Esta perceção e

“avaliação que os próprios agentes dessas práticas têm sobre a sua participação e o trabalho, juntamente com o tipo de compreensão sobre o que seja um trabalho transformador, apresentam-se como aspetos importantes para reunirmos dados relativos à dinâmica e prática comunitárias” (Freitas, 2005: 54).

5.2. Trabalho de uma equipa multidisciplinar em intervenção social e comunitária

No que diz respeito ao trabalho de uma equipa multidisciplinar, em termos de intervenção social e comunitária, pretendeu-se ver até que ponto as diferentes formações académicas presentes na equipa de ação social traziam vantagens e/ou desvantagens para a prática.

Os relatos, nesta categoria são unânimes: só existem vantagens! Salientam que “é um trabalho muito diversificado, em que é muito importante a pluridisciplinaridade, é uma equipa pluridisciplinar e isso é uma mais-valia.” (PB). Uma vez que o trabalho social implica “analisar o ser humano nas mais variadas vertentes, acho que para nós é extremamente enriquecedor, (...) eu sinto imensa necessidade, de ir buscar conhecimento às minhas colegas, de ver o que é que pode ser feito, noutras e com outras áreas para abordar aquele problema” (PA). Reforçam que as diferentes perspetivas são enriquecedoras para todos “cada área vai explorar uma perspetiva, não é? E o sucesso da equipa passa também por aí, destes vários saberes” (PC). Como expõem novamente:

“PB – Cada um dá o seu contributo no âmbito da formação que tem para um todo comum.

M1 – Ok.

PF – Aliás existe muitas vezes a partilha às vezes, eu falo por mim, tenho um problema num empreendimento com uma determinada família e preciso da psicóloga clínica, preciso da socióloga, preciso da educadora social, portanto eu tento apelar à ajuda das colegas nas mais diversas áreas, que às vezes é mesmo importante, e mesmo assim às vezes não conseguimos colaborar.”

É, desta forma enfatizada a importância que as diferentes formações têm para o exercício da intervenção social e comunitária.

5.3. Reflexão sobre as práticas de intervenção social e comunitária

Acerca da reflexão sobre as práticas de intervenção social e comunitária, focalizamos esta questão tendo em conta a promoção da inclusão social, uma vez que (tal como exposto anteriormente) para a Unidade de Ação Social um dos seus grandes desideratos é a coesão social.

Neste ponto, nem todas as opiniões convergiram. Embora considerando de uma forma geral a inclusão como: “darmos instrumentos às famílias, no sentido de elas ... se integrarem, na comunidade”, “dar-lhes conhecimento, dar-lhes alguns instrumentos para acederem ao mercado de trabalho” (PC), “dar-lhes a oportunidade de acederem a certas e determinadas situações, atividades” (PE); alguns consideram que

“fazemos inclusão e ao mesmo tempo fazemos também exclusão, porque muitas destas atividades são viradas única e exclusivamente para pessoas que vivem nos nossos empreendimentos. Aí estamos a fazer exclusão das outras pessoas que estão no mesmo nível, que precisam de apoio e não o têm” (PD).

Na discussão surgem diálogos interessantes que espelham a opinião dos técnicos, seguem dois exemplos:

“M2 – Mas (...) fazem um trabalho inclusivo?

Vários – SIM!

PE – Sim, sem dúvida.

PC – Eu tenho a certeza que sim.

PF – No sentido abrangente da palavra, sem dúvida que sim”

e

“PF – Poderá haver inclusão, sem exclusão ... não sei ... acho que ... se calhar não.

PE – Para não haver exclusão nós tínhamos de conseguir trabalhar todas as famílias.

PF – Se calhar não conseguimos incluir, sem excluir algo”;

Este problema de exclusão está relacionado primordialmente com os recursos da empresa e a população alvo: “tem a ver com os nossos recursos”(PB), “a população alvo é a população residente em habitação social” (PE) e “temos um target muito definido” (PC).

As divergências surgem principalmente da definição da população a ser alvo da intervenção social e as práticas de inclusão:

“ - se deixarmos de funcionar única e exclusivamente para os empreendimentos sociais e abrirmos o nosso trabalho à comunidade em geral, (...) não estarmos só a resguardar determinado nicho e podermos passar lá para fora” (PA), para outros “é deixar de ser uma ação social da empresa e ser uma ação social do município! São coisas completamente diferentes” (PE).

Neste nível, os técnicos centraram a sua intervenção social e comunitária na intervenção indireta e de promoção do desenvolvimento, tal como expõem Tiago Neves (2010) e Cristina De Robertis (2003). É interessante verificar que, pelo facto de existir a palavra “comunitária”, todos os elementos focam-se apenas nos projetos de desenvolvimento. Parece-me que se a questão fosse colocada de uma outra forma: “como veem a inclusão na vossa prática de intervenção social?” as respostas poderiam ser diferentes e para além dos projetos de intervenção comunitária, poderia ter sido feita uma reflexão ao nível do acompanhamento social e da própria gestão dos empreendimentos sociais onde estão colocados.

Não deixou de ser interessante a discussão que este tema gerou, considerando-o “muito subjetivo” (PE).

5.4. Psicologia Comunitária e Intervenção Social e Comunitária

Tendo em conta os conceitos que os profissionais têm acerca da psicologia comunitária e a intervenção social e comunitária, surgiram as grandes divergências de opinião entre os elementos do grupo. Foi dada especial importância a 3 aspetos dos seus discursos: os objetos de estudo abordados, os objetivos em causa e os tipos de intervenção.

No que diz respeito aos objetos de estudo, a opinião é generalizada: “é orientada para a pessoa, para o munícipe” (PE), “para a população” (PF). Quanto aos objetivos já começam algumas as divergências. Alguns elementos acham que um dos grandes objetivos desta intervenção é controlar a população: “Nós controlamos os empreendimentos, (.....) é para isso que nós lá estamos!”, “a minha opinião, exatamente, é o controle do objeto, nós estamos ali para controlar a população” (PE); outros consideram o termo excessivo: “Controlo da população, eu acho que não.” (PG); “Controlo? Se calhar é uma palavra forte. Parece que estamos ali, que somos os donos do território! Não, não é controlar.” (PF). Esta discussão é ilustrada no seguinte diálogo:

“PE – Tu não controlas a vida delas? Tu não os mandas ao centro de saúde?

PG – É um controle, sem controle.

PE – É, é!

PG – Tu controlas, mas não vais atrás deles!”

Mas a grande discussão foi em termos do tipo de intervenção: remediativa ou preventiva. Enquanto alguns elementos consideram que a intervenção na prática é remediativa, outros (a grande maioria) considera que tem uma componente remediativa, mas fundamentalmente preventiva.

Dois elementos do grupo argumentaram ferozmente a favor da perspectiva que a intervenção social e comunitária tem um cariz primordialmente remediativo: “embora me custe (...) remediativo faz algum sentido!”, “vai-nos sinalizar um determinado problema, esse determinado problema vai ser intervencionado, mas de forma remediativa.”. Acrescenta que “remediar é efetivamente trabalhar com o que tens, o possível que te é possível fazer com aquela pessoa” e que “remediar não é mau, remediar não é um aspeto negativo, remediar não é diminuir o nosso trabalho” (PA). O outro elemento dá exemplos mais concretos:

“nós realmente remediamos, nós vamos lidando e gerindo as situações que nos aparecem no dia a dia, sem nunca resolvê-las. Um alcoólico, que nos aparece à frente, consegues resolver? Consegues minimamente remediar a situação! Aparar aqui, depois aparar ali...”, “O dia a dia é remediar (...), é tapar buracos” (PE).

Para os restantes elementos esta visão é muito redutora. Uns argumentam que o tipo de intervenção de cariz remediativo não faz qualquer tipo de sentido: “nós temos de fazer um estudo, da realidade, o levantamento de necessidades, o diagnóstico social, não é? E depois é que intervimos. Portanto, não é remediativo.”, “nós não vamos remediar, nós vamos atuar mais a fundo, não é? Prevenindo...” (PB). Outro elemento acrescenta “a psicologia comunitária não é para remediar, pôr um curativo, no momentâneo”, “a minha intenção não é remediar, a intenção é resolver. É de intervir... (...) não é curar, limpar a fachada, e depois...” (PD); e surgem vários diálogos cruzados:

“PB – Nós não queremos trabalhar para remediar, nós queremos mais.

PF – Exatamente.

PC – Se tu tiveres uma pirâmide, a base é remediar, só que nós fazemos mais.

PB – Se for só para remediar, então valha-nos Deus!”

Para PF “remediar é resolveres o imediato, não prevines nada, não há uma atitude proativa”. Outros, não excluem o carácter remediativo, mas

consideram que a psicologia comunitária e a intervenção social e comunitária é mais do que remediar. “Eu acho que a base é de facto remediar, tentar mudar alguma coisa, só que nós fazemos mais do que isso, através de uma intervenção para a inclusão” (PC). “Um dos objetivos, acho que é maioritariamente preventivo. A intervenção (...) deve incidir sobre a prevenção de determinadas situações... prevenir ou mesmo evitar que determinados contextos, circunstâncias, psicossociais ocorram, sejam elas quais forem” (PH). Este elemento contextualiza a sua opinião de forma mais descritiva:

“eu acho que não compete a um técnico desta área só remediar a situação, mas criar condições para que determinadas situações, não ocorram, certo? Naturalmente se acabam por ocorrer, é o papel de quem está a fazer essa intervenção, remediar. Por exemplo, situação que hoje se vê muitas vezes, frigoríficos vazios, brancos por dentro e por fora, acho que é papel do técnico evitar que se chegue a um ponto de uma situação dessas”, “estamos a falar de duas coisas, estamos a falar de uma situação de risco e por isso aplicarmos o termo preventivo, mas quando estamos numa situação de perigo, de fome, de violência doméstica, coisas que já estão instaladas, já estamos a falar da situação remediativa” (PH).

Tal como já foi expresso este foi o ponto de maior discussão e confronto de ideias. Durante o debate um dos elementos que defendia a intervenção eminentemente remediativa, acabou por compreender o ponto de vista dos outros elementos, em que a intervenção tem um cariz mais abrangente e abarca a prevenção: “visão muito mais completa, sem dúvida nenhuma, agora não impede que também haja um carácter maioritariamente remediativo” (PE). Para PA esta “é uma definição muito bonita, não é? No fundo, oh pá, no fundo vai, não melindra ninguém, mas que eu acho que isso espremidinho, espremidinho é ... parece muito teórica, sim.”

Este item da intervenção em termos mais remediativos ou mais preventivos, foi bastante debatido entre todos, não deixando ninguém indiferente e onde todos, sem exceção, quiseram expressamente dar a sua opinião. Desta discussão acabam por destacar-se duas opiniões: para uns, uma visão mais da prática do dia a dia, em que os técnicos sentem que fazem uma intervenção direta e eminentemente remediativa, uma vez que os problemas já estão instalados; para outros uma visão que se distância do trabalho rotineiro e veem a intervenção no seu todo, apostando numa intervenção de carácter preventivo, proativo e desenvolvimental.

5.5. Intervenção Social e Comunitária no futuro

As perspetivas de futuro em termos de intervenção, para estes profissionais, podem ser divididas em duas grandes áreas: aquelas de carácter mais global, do foro governamental e executivo (que não consideram estar ao seu alcance), e outras estratégias de intervenção mais específicas e dirigidas a determinada população ou temática.

Para PC

“tem, que haver vontade política para... implementar projetos, e trabalhar.”. Na sua opinião “acho que a nossa intervenção deve ser sistémica, não é? Agora nós também entramos aqui num período de falência, de falta de recursos... o que acontece é que, o QREN vai ser revisto agora em 2014, e portanto isto tem que partir do governo, têm de desbloquear novos programas, novas medidas, um novo incentivo, para que possamos... Delinear as estratégias de intervenção social no futuro. Mas têm de ser delineadas agora, porque se não houver objetivos para alcançar não há fundos para sustentar.”

Um outro participante dá uma sugestão específica a este nível: “Aumentávamos os recursos económicos das equipas de RSI, existência de mais programas escolhas, sei lá... (...) tudo implica dinheiro, é preciso é dinheiro, havendo dinheiro, consegue-se tudo e mais alguma coisa. Porque não faltam ideias e não falta gente com vontade de implementar projetos.” (PE)

Ao nível de estratégias mais específicas e dirigidas podemos encontrar no discurso dos participantes algumas sugestões ilustrativas das suas ideias. Umas ao nível da intervenção em rede, com uma “maior articulação com outras entidades. Da saúde, da educação, tem mesmo que haver, porque eu acho (que) não há nenhum técnico desta empresa que consiga intervir sozinho, é impossível” (PH); “Nós não temos recursos ... para mim intervenção social só faz sentido em rede, em parceria.” (PF). Outras ao nível da gestão municipal dos empreendimentos sociais: “eu mudava o regulamento municipal, alterava muita coisa do regulamento municipal.” (PE); e ainda ao nível das práticas e atividades que podem ser levadas a cabo pelos próprios técnicos como por exemplo: “a nível do comportamento aditivo, eu apostava muito mais na intervenção por exemplo com as crianças desde cedo.” (PA); “o programa escolhas, é uma boa forma de intervir, socialmente e comunitariamente, junto da nossa população” (PE) e também “criar atividades para onde (todos) possam ser encaminhados” (PD). Para um dos elementos “o simples facto de eles estarem em habitação social, é uma intervenção. Temos que mudar a nossa perspetiva” (PA).

Para alguns autores existem vários desafios para o futuro, colocados ao nível da intervenção social. “No contexto e dinâmica das ações comunitárias, poder-se-ia chamar de “midiatização da caridade” ou “tecnificação da ação pró-social”” (Freitas, 2005: 53), ou seja, tendo em conta a atual realidade e a contínua difusão da situação socio-económica, existe a ideia que este quadro de miséria é normal, imutável e pouco reversível. Este pensamento deve ser combatido por parte de todos os agentes e atores que estão inseridos na intervenção social, pois esse é um dos seus papéis fundamentais.

Um outro desafio é combater o fenómeno da “participação sem envolvimento”, em que as pessoas acreditam que são parte integrante na intervenção social, desempenhando até um papel importante, quando na realidade só têm uma participação contemplativa, sem envolvimento emocional na mesma.

Parece-me que a intervenção comunitária, no futuro, terá necessariamente que se alicerçar ainda mais na comunidade e nos movimentos que vão emergindo dela, quer a um nível mais global e estrutural, quer a nível intermédio de execução (dos próprios profissionais da área social). Os movimentos de cidadãos e a crescente massificação da utilização das redes sociais, devem estar sob o olhar atento de todos os atores da sociedade e também da intervenção social e comunitária, uma vez que podem ser eles a base para algumas das intervenções no futuro.

5.6. Situação atual dos técnicos de apoio social

Este ponto, que emergiu da própria discussão em grupo, diz respeito à atual situação dos técnicos que trabalham na área social focalizando nos sentimentos e motivações expressos durante este momento. É unânime para todos os participantes um ambiente de desmotivação e grande desgaste emocional: “chega a um ponto que saturamos porque há coisas em que nós não vamos vendo resultados. Os resultados começam a ser muito escassos, começamos a desmotivar. Trabalhar com estas famílias não é nada fácil.”;

“Já houve alturas em que foi muito mais fácil trabalhar estas famílias, mas de momento acho que não há um retorno tão favorável de nada, porque as pessoas também estão um bocado desgastadas, pela situação, pela conjuntura actual e portanto é muito difícil haver um retorno do que quer que seja a nível positivo, isso também nos desgasta.

E depois há famílias, por muito que nós investimos nelas, o resultado é sempre nulo.” (PG).

Referem que se trata de “um trabalho de muita persistência, muito desgaste emocional, psicológico e nem sempre temos resultados.” (PB). Existe mesmo um relato bastante elucidativo do dia a dia para estes profissionais:

“Este trabalho é super, híper, desgastante, em termos emocionais e chega a ser em termos físicos. Eu chego a casa, há certos dias que parece que levei uma porrada.” “É desgastante, eu fico sugada de energia. Tentar gerir conflitos, o tentar apaziguar uma coisa aqui, uma coisa ali, depois ouvir só problemas, porque ali nada de bom surge” (PE).

Retirei ainda um pequeno diálogo que ilustra bem estes dois sentimentos de desmotivação e desgaste:

“PF- não é terrível, mas é quase, trabalhar...muito complicado, muito mesmo. Esgotante, eles cansam-nos, eles esgotam-nos pela persistência, eles quando querem... Eles não sabem ouvir, só sabem ouvir o sim e quando nós dizemos não...

PA - Eles ouvem um talvez sim!

PF – Eles ouvem, exatamente! É desgastante, levam-nos ao limite da nossa paciência, é muito complicado.”

Foi notório, durante todo o grupo de discussão, que os técnicos se encontram muito desgastados, quer física, quer psicologicamente, com o trabalho que realizam e com a falta de respostas encorajadoras (quer da população com quem trabalham, quer da sociedade em geral, quer mesmo dos órgãos dirigentes).

5.7. Importância do grupo

Este último item também surgiu do próprio discurso e da discussão entre os participantes: a importância que é dada ao grupo de pares e a relação que é mantida entre eles.

Segundo alguns participantes a rede de suporte em termos de pares é essencial: “tem sido um dos motivos porque eu ainda me consigo manter, ainda não entrei completamente em *burnout*, porque eu sinto-me apoiada. Vou-vos passar uma graxazinha, a nossa equipa é maravilhosa” (PA).

Existe também a necessidade expressa de mais períodos de reflexão entre todos os participantes: “Isto seria uma boa terapia para nós” (PA), “dizemos aquilo que sentimos, aquilo que nos vai na alma, às vezes os termos até não serão (...) os mais adequados, mas é exprimido.” e “ao fim de anos e anos nisto (...) ajuda a mudar se calhar as perspetivas para fazermos intervenção social e comunitária” (PF). Relembra que inicialmente existiram estes momentos, mas que agora já não existem:

“PE – Vocês lembram-se que até logo no início das nossas reuniões de equipa, um dos grandes, o principal motivo para fazermos as reuniões de equipa, era discutir casos.

PF – Sim, parceirar.

PE – Que eu acho que isso é fundamental, quer seja casos, quer seja...

PA – Estratégias.

PE – Ou quer seja partilhar determinado tipo de situações.”

Embora o objetivo desta investigação não seja de generalizar os resultados obtidos, parece-me que estes sentimentos expressos podem ser alargados a muitos técnicos que trabalham na área social.

Segundo Neves (2010), tem-se verificado uma desqualificação do trabalho social enquanto conjunto de profissões, que faz com que os seus profissionais ainda se sintam mais desmotivados e desgastados com a prática do dia a dia. Esta desqualificação tem várias repercussões: as baixas remunerações e a crescente precariedade laboral da generalidade dos trabalhadores que desenvolvem a sua atividade no campo da intervenção social; as crescentes exigências de tempo e disponibilidade emocional solicitadas sem contrapartidas a estes profissionais; as mudanças na gestão das organizações de intervenção social, designadamente na esfera dos recursos humanos, principalmente dos seus quadros dirigentes, normalmente ocupados não por técnicos superiores especializados.

Capítulo VI – Considerações Finais e Conclusão

Esta reflexão, sobre as práticas de intervenção social e comunitária e da psicologia comunitária, emergiu da minha prática profissional nesta área. Várias são as definições, objetivos, metodologias e tipos de intervenção, mas um dos grandes princípios que norteiam estas práticas é que todos os contributos devem ser tidos em conta e não se deve descurar qualquer *input* que seja dado pela sociedade em geral ou de uma comunidade ou população em específico.

Uma vez que como Bocage dizia, da discussão nasce a luz, adotei neste estudo a metodologia do grupo de discussão focalizada a profissionais da área social (que trabalham em contexto de habitação social), à volta de temas relacionados com a práxis da intervenção social e comunitária.

Desta última parte, sobre os resultados obtidos neste grupo de discussão, parece-me importante elencar alguns dos pontos que considero serem os mais importantes. No que diz respeito aos técnicos e à intervenção por eles levada a cabo é notório o trabalho multifacetado que é realizado por estes profissionais e uma pluridisciplinaridade que lhes é exigida face aos problemas que lhes são colocados e à população a quem se dirige o seu trabalho.

Estes profissionais denotam algum distanciamento ao nível das teorias da psicologia comunitária e da intervenção social e comunitária, mas no seu dia a dia colocam-nas em prática. O que me leva a inferir que estas teorias já estão de tal forma integradas que os técnicos indutivamente as colocam em ação. Esta dedução, parece-me lógica, até porque um dos princípios que rege a psicologia comunitária e a intervenção social e comunitária é a constante dialética e diálogo permanente entre as teorias e as práticas.

Um outro ponto que considero fundamental diz respeito aos sentimentos que foram sendo vertidos no discurso de todos os elementos durante todo o grupo: a desmotivação perante as práticas e a população com quem trabalham e o desgaste emocional que o trabalho social acarreta.

Ao nível de pistas para o futuro, neste grupo de discussão foram lançados alguns contributos tendo em vista os projetos que poderão ser abrangidos pelo QREN – 2014/2020 e a necessidade que todos temos de estar atentos aos parâmetros que os programas operacionais poderão oferecer a nível de intervenção social e comunitária.

Em relação ao estudo, considero pertinente apontar algumas limitações e sugestões para o futuro. Em relação às limitações, considero que o facto de eu fazer parte integrante da equipa de profissionais de onde foi saiu o grupo de discussão, pode ter sido de alguma forma inibidor para os participantes (embora tenham verbalizado o contrário). Em relação a sugestões que poderão ser importantes para outros estudos no futuro, considero pertinente a realização de um estudo em conjunto com a população que reside em contexto de habitação social, reflectindo em conjunto a intervenção comunitária em contexto de habitação social e também o papel que os técnicos de apoio social podem ter neste tipo de intervenção (segundo a perspectiva dos primeiros); um outro estudo relevante mais direccionado para as dificuldades sentidas pelos profissionais que trabalham na área social, facto que foi bem vincado no grupo de discussão focalizada. Esta reflexão vem demonstrar que existem algumas lacunas nestas áreas, que deveriam ser colmatadas no futuro próximo.

Em jeito de conclusão, posso apenas dizer que esta reflexão foi um marco muito importante no meu percurso pessoal e profissional uma vez que veio matar um pouco a sede de conhecimento que vinha a sentir desde há algum tempo.

Bibliografia

Albarelo, L., Digneff, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva

De Robertis, C. (2003). *Fundamentos del trabajo social: ética y metodología*. Valencia: PUV e Nau Libres

Freitas, MF. Ética e paradigmas na psicologia social: praxis e ética na psicologia social comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana. In: Ploner, KS et al (org.) *Ética e paradigmas na psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 p.100-111

Freitas, MFQ (2005). (In)coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projectos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. *PSICO*, 36 (1), 47-54

Gois, C. (2008). Psicologia Comunitária. *Universitas Ciências da Saúde – Vol.01*, n.02, 277-297

Krueger, R. A. (1998). *Analyzing & reporting focus group results*. California: Sage Publications

Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: uma perspectiva comunitária psicológica*. Porto: Livpsic

Montero, M. (2004). *Introducción a la psicologia comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós

Morgan, D. (1997). *Focus groups as qualitative research*. Sage Publications, Inc.

Morgan, D. & Scannell, A (1998). *Planing Focus Group*. London: Sage Publications

Moura, M. & Menandro, P. (org) (2002): *9o. Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp* (Anais, pag. 79-89). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia

Neves, J. (1996). *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração*. São Paulo, v. 1, n.º 3, 2º sem, 1-5

Neves, T (coord), Cruz, I & Silva, MR (2010). *Acção local no combate à pobreza e exclusão social*. Porto: Livpsic

Sánchez Vidal, A. (1996). *Psicologia Comunitaria: bases conceptuales y métodos de intervencion*. Barcelona: EUB

Outros Documentos:

10 anos de atividades – GaiaSocial, EEM

Ca(u)sas Sociais – (2007)

Planos de Atividades do Núcleo de Apoio Social

Legislação:

Constituição da Republica Portuguesa

Decreto Lei n.º 217/82 de 31 de maio

Decreto Lei n.º 214/82, de 28 de maio

Decreto Lei n.º 177/84 de 25 de maio

Decreto Lei n.º 163/93 de 7 de maio

Decreto Lei n.º 223/2007 de 30 de maio

Decreto Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro

Preambulo do Decreto Lei n.º 30/97 de 28 de Janeiro

Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro

Anexos

Anexo 1

Guião para Focus-Group

Apresentação – Moderador 2

- Tese de Mestrado sobre intervenção social e comunitária em contexto de habitação social;
- Estamos interessados em ouvir os vossos pensamentos, experiências e sentimentos acerca deste tema
- O que é o Focus-Group: Grupo de discussão! Entrevista em grupo em que estão presentes 8/10 profissionais, para falar sobre o que têm em comum. Vamos ter algumas perguntas, mas primordialmente vão estar a falar uns com os outros.
- O resultado desta discussão em grupo, vai ser utilizada para recolha de dados para a tese, que irá ser de âmbito público. De qualquer maneira a privacidade e confidencialidade será sempre mantida.
- Concordam que a sessão seja gravada?

Apresentação – Moderador 2

- **Nome e formação de base;**

- **Apresentação cruzada dos diferentes elementos, resumindo as atividades que o outro fez nestes 6/7 anos de GaiaSocial / Gaiurb;**

- **Referir as atividades que mais gostaram e menos e porquê;**



Percepção do trabalho realizado pela equipa da unidade de acção social

Moderador:

- dá ao grupo a liberdade de investir e reflectir sobre os seus interesses. O objetivo é perceber a opinião dos participantes em relação aos tópicos. O moderador encoraja a partilha de pensamentos, sentimentos e experiências

Exemplos:

- “Alguém tem mais alguma ideia/algum pensamento sobre este assunto? Uma perspectiva diferente? ”
- “Que outras experiências tiveram nesta área?”
- “Discutimos várias ideias diferentes. O que ainda não ouvimos?”
- “Lembrem-se, nós queremos ouvir todas as vossas opiniões. Quem tem mais alguma coisa a acrescentar?”

- Vantagens e desvantagens de uma equipa multidisciplinar



De que forma as diferentes formações podem ajudar ou não na intervenção social e comunitária e no dia a dia da acção local;

- Os diversos projectos e programas que a GaiaSocial e Gaiurb levam a cabo são inclusivos ou não?



Qual o conceito de inclusão que os diferentes profissionais tem;

Qual a percepção que têm do trabalho que realizam, em termos de inclusão:

- Definição de psicologia e intervenção comunitária: “orientada para o objecto, fomentando o controlo sobre este, gerando uma intervenção de cariz maioritariamente remediativo”



Qual o conceito de psicologia e intervenção comunitária que os profissionais têm;

Qual a sua função como técnicos de apoio social na intervenção social e comunitária;

“orientada para a transformação social e pessoal, de forma dinâmica, contextualizada e participativa, com um cariz político e preventivo, gerador de intervenção que produz resultados concretos e reflexão teórica, consciente sempre da diversidade proveniente do relativismo cultural” (Montero, 2004 pp.85)

- Confrontação com os dados recolhidos em 2006 e a situação actual



Houve alteração da realidade, entre 2006 e os dias de hoje; se sim quais as implicações na prática social;

Perspectivas em termos de intervenção social para o futuro;

- Se pudessem mandar, o que fariam?



Quais as diferentes alternativas para o futuro, em termos de intervenção social e comunitária;